

**Ideia para uma
História Universal
com um Propósito
Cosmopolita**

Immanuel Kant

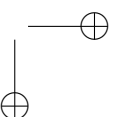
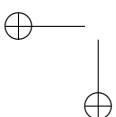


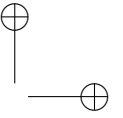
Apresentação

Com este ensaio, publicado em 1784 (no *Berlinische Monatschrift*), de merecida fama e muito bem cinzelado, Kant ingressou de vez no rol dos que, com maior ou menor pertinência e profundidade (desde Voltaire, J.G. Herder e, mais tarde, G.W.F. Hegel, K. Marx e muitos outros), reflectiram sobre a história, o seu enigma, as suas trevas, as suas insinuações e a imprevisibilidade do seu rumo.

Trata-se, como o próprio autor sugere, de um jogo intelectual, de uma espécie de "experiência mental ou imaginária" que se vai desdobrando, não sem algum humor contido da parte de Kant, nas nove proposições bem entretidas acerca do mecanismo secreto e subjacente ao devir da humanidade no seu todo: a natureza, no seu desígnio oculto, serve-se dos impulsos dos homens, acossados pela loucura, vaidade e perfídia, vítimas da sua indolência e do seu egoísmo (individual ou colectivo), para realizar todas as virtualidades e possibilidades da nossa espécie, sem espaço ou tempo na vida demasiado curta do indivíduo, e que só podem chegar à maturidade no recinto do género humano na sua totalidade e ao longo de todas as idades. É uma história de progresso crescente, irrompendo precisamente da característica fundamental do homem, a sua sociabilidade insociável, o antagonismo das tendências sociais e anti-sociais que nos atravessam e em nós surgem com rostos sempre diferentes, embora procedentes de uma raiz idêntica, feita de brutalidade e de rudeza. Estas, no entanto, devido aos perigos que consigo trazem e à mútua destruição que, sem qualquer travão, garantiriam, forçam-nos a caminhar para a cultura e a desabrochar em universalidade sob o reino do direito.

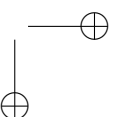
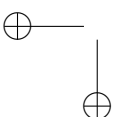
Semelhante antagonismo suscita um aperfeiçoamento jurídico da humanidade em direcção a uma sociedade civil que administre a justiça e o relacionamento legal dos Estados entre si, até desembocar, por fim, na criação de uma federação universal e cosmopolita que assegure a paz perpétua entre as nações.





Esta reflexão é decerto, como refere Kant, um quiliasmo ou milenarismo filosófico, mas nasce da fé típica da razão prática e expressa a esperança fundamental em que esta se encontra enredada e envolvida. Ao mesmo tempo, porém, mostra como o grande atrator de toda a visão kantiana é a filosofia moral, aqui muito bem entrosada com o seu pensamento político. Esta junção de política e moralidade revela-nos que o filósofo de Königsberg está ainda dentro da grande tradição clássica, desde Platão em diante, a qual não admite qualquer hiato entre a contemplação e a difícil administração dos negócios humanos - um rasgo igualmente marcante da visão da filosofia como sabedoria e como "exercício espiritual" em sentido lato.

Artur Morão





Ideia de uma História Universal com um propósito Cosmopolita* (1784)

I. KANT

Seja qual for o conceito que, ainda com um desígnio metafísico, se possa ter da *liberdade* da vontade, as suas *manifestações*, as acções humanas, como todos os outros eventos naturais, são determinadas de acordo com as leis gerais da natureza.

A história, que se ocupa da narrativa dessas manifestações, permite-nos todavia esperar, por profundamente ocultas que estejam as suas causas, que, se ela considerar no seu conjunto o jogo da liberdade da vontade humana, poderá nele descobrir um curso regular; e que assim aquilo que se apresenta, nos sujeitos singulares, confuso e desordenado aos nossos olhos se poderá, no entanto, conhecer na totalidade da espécie como um desenvolvimento incessante, embora lento, das suas disposições originárias. Assim os casamentos, os nascimentos deles derivados e a morte, já que a livre vontade dos homens sobre aqueles tem tão grande influência, não parecem estar submetidos a regra alguma, segundo a qual seja possível determinar de antemão o seu número, mediante um cálculo; e, no entanto, os quadros anuais dos grandes países mostram que eles ocorrem segundo leis naturais constantes, tal como

*Uma passagem das pequenas notícias do exemplar doze do *Gothaischen gel. Zeit.* (Gazeta académica de Gotha) deste ano, extraída decerto da minha conversa com um douto companheiro de viagem, obriga-me a publicar este esclarecimento, sem o qual aquela não teria nenhum sentido compreensível.





as alterações atmosféricas, cuja previsão não é possível determinar com antecedência em cada caso singular, mas no seu conjunto não deixam de manter num curso homogéneo e ininterrupto o crescimento das plantas, o fluxo das águas e outros arranjos naturais. Os homens singulares, e até povos inteiros, só em escassa medida se dão conta de que, ao perseguirem cada qual o seu propósito de harmonia com a sua disposição e, muitas vezes, em mútua oposição, seguem imperceptivelmente, como fio condutor, a intenção da natureza, deles desconhecida, e concorrem para o seu fomento, o qual, se lhes fosse patente, pouco decerto lhes interessaria.

Os homens, nos seus esforços, não procedem de modo puramente instintivo, como os animais, e também não como racionais cidadãos do mundo em conformidade com um plano combinado; parece-lhes, pois, que também não é possível construir uma história segundo um plano (como, por exemplo, acontece entre as abelhas ou os castores). Não se pode conter uma certa indignação quando se contempla a sua azáfama no grande palco do mundo; e não obstante a esporádica manifestação da sabedoria em casos isolados, tudo, no conjunto, se encontra finalmente tecido de loucura, de vaidade infantil e, com muita frequência, também de infantil maldade e ânsia destruidora: pelo que não se sabe, no fim de contas, que conceito será preciso instituir para si acerca da nossa espécie, tão convencida da sua superioridade. Não há aqui outra saída para o filósofo porque, nos homens e no seu jogo à escala global, não pode pressupor nenhum *propósito* racional *peculiar* excepto inquirir se ele não conseguirá descobrir uma *intenção da natureza* no absurdo trajecto das coisas humanas, a partir da qual seja possível uma história de criaturas que procedem sem um plano próprio e, no entanto, em consonância com um determinado plano da natureza. - Queremos ver se conseguimos encontrar um fio condutor para semelhante história; e queremos, depois, deixar ao cuidado da natureza a produção do homem que esteja em condições de a conceber. Deste modo suscitou ela um *Kepler*, que submeteu inesperadamente a leis determinadas as trajectórias excêntricas dos pla-





netas; e também um *Newton*, que explicou estas leis por uma causa natural geral.

Primeira Proposição

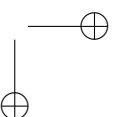
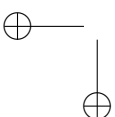
Todas as disposições naturais de uma criatura estão determinadas a desenvolver-se alguma vez de um modo completo e apropriado.

Assim o comprova em todos os animais tanto a observação externa como a observação interna ou analítica. Um órgão que não venha a ser utilizado, uma disposição que não atinja o seu fim é uma contradição na doutrina teleológica da natureza. Se, de facto, renunciarmos a esse princípio, já não temos uma natureza regular, antes uma natureza que actua sem finalidade; e o desolado "mais ou menos" vem ocupar o lugar do fio condutor da razão.

Segunda Proposição

No homem (como única criatura racional sobre a terra), as disposições naturais que visam o uso da sua razão devem desenvolver-se integralmente só na espécie, e não no indivíduo.

A razão numa criatura é uma faculdade de ampliar as regras e intenções do uso de todas as suas forças muito além do instinto natural, e não conhece limites alguns para os seus projectos. Não actua, porém, de modo instintivo, mas precisa de tentativas, de exercício e de aprendizagem, para avançar de forma gradual de um estágio do conhecimento para outro. Pelo que cada homem teria de viver um tempo incomensuravelmente longo para aprender como deveria usar com perfeição todas as suas disposições naturais; ou, se a natureza estabeleceu apenas um breve prazo à sua vida (como realmente acontece), ela necessita de uma série talvez incontável de gerações, das quais uma transmite à outra os seus conhecimentos, para que finalmente o seu germe, insito na nossa





espécie, alcance o estágio de desenvolvimento que é de todo adequado à sua intenção. E esse momento, pelo menos na ideia do homem, será a meta dos seus esforços porque, de outro modo, as disposições naturais deveriam, na sua maior parte, ter-se por inúteis e sem finalidade - o que eliminaria todos os princípios práticos e, assim, a natureza, cuja sabedoria servirá de princípio para julgar todas as restantes coisas, só no homem se tornaria suspeita de um jogo infantil.

Terceira Proposição

A natureza quis que o homem tire totalmente de si tudo o que ultrapassa o arranjo mecânico da sua existência animal, e que não compartilhe nenhuma outra felicidade ou perfeição excepto a que ele, liberto do instinto, conseguiu para si mesmo, mediante a própria razão.

A natureza nada faz em vão e não é perdulária no emprego dos meios para os seus fins. Que tenha dotado o homem de razão e da liberdade da vontade, que nela se funda, era já um indício claro da sua intenção no tocante ao seu equipamento. Ele não deveria ser dirigido pelo instinto ou ser objecto de cuidado e ensinado mediante conhecimentos adquiridos; deveria, pelo contrário, extrair tudo de si mesmo. A invenção do seu vestuário, da sua protecção, da sua segurança e defesa exterior (para a qual ela não lhe deu nem os cornos do touro, nem as garras do leão, nem os dentes do cão, mas apenas as mãos), de todo o deleite que pode tornar a vida agradável, inclusive o seu discernimento e a sua subtileza, e até a bondade da sua vontade, deviam integralmente ser obra sua. A natureza, aparentemente, comprazeu-se aqui na sua máxima parcimónia, mediu com tanta concisão o seu equipamento animal e de modo tão ajustado à máxima necessidade de uma existência incipiente como se quisesse que o homem, se alguma vez houvesse de passar da maior rudez à máxima destreza, à perfeição interna do seu pensar e assim





(tanto quanto é possível na terra) à felicidade, fosse o único a disso ter o mérito e apenas a si estar agradecido; como se a ela importasse mais a sua *auto-estima* racional do que qualquer bem-estar. No curso dos afazeres humanos há, de facto, um exército inteiro de dificuldades que aguardam o homem. Parece, pois, que à natureza não lhe interessava que ele vivesse bem, mas que se desenvolvesse até ao ponto de, pelo seu comportamento, se tornar digno da vida e do bem-estar. Causa sempre surpresa que as velhas gerações se empenhem aparentemente nas suas ocupações trabalhosas só em vista das futuras, para lhes preparar um estádio a partir do qual possam elevar ainda mais o edifício que a natureza tem como intento; e que só as últimas gerações terão a sorte de habitar na mansão em que uma longa série dos seus antepassados (talvez, decerto, sem intenção sua) trabalhou, sem no entanto poderem partilhar da felicidade que prepararam. Embora isto seja muito enigmático, é ao mesmo tempo necessário, se alguma vez se conjecturar que uma espécie animal deve ter razão e, como classe de seres racionais, sujeitos à morte no seu conjunto, chegará todavia à perfeição do desenvolvimento das suas disposições.

Quarta Proposição

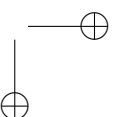
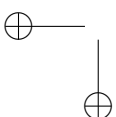
O meio de que a natureza se serve para obter o desenvolvimento de todas as suas disposições é o antagonismo destas na sociedade, na medida em que ele se torna, finalmente, causa de uma ordem legal das mesmas disposições.

Entendo aqui por antagonismo a *sociabilidade insociável* dos homens, isto é, a sua tendência para entrar em sociedade; essa tendência, porém, está unida a uma resistência universal que, incessantemente, ameaça dissolver a sociedade. Esta disposição reside manifestamente na natureza humana. O homem tem uma inclinação para entrar em sociedade, porque em semelhante estado se sente mais como homem, isto é, sente o desenvolvimento das suas





disposições naturais. Mas tem também uma grande propensão *para se isolar*, porque depara ao mesmo tempo em si com a propriedade insocial de querer dispor de tudo a seu gosto e, por conseguinte, espera resistência de todos os lados, tal como sabe por si mesmo que, da sua parte, sente inclinação para exercer a resistência contra os outros. Ora, esta resistência é que desperta todas as forças do homem e o induz a vencer a inclinação para a preguiça e, movido pela ânsia das honras, do poder ou da posse, a obter uma posição entre os seus congêneres, que ele não pode *suportar*, mas dos quais também não pode *prescindir*. Surgem assim os primeiros passos verdadeiros desde a brutalidade para a cultura, que consiste propriamente no valor social do homem; desenvolvem-se a pouco e pouco todos os talentos, forma-se o gosto e, através de uma incessante ilustração, o começo transforma-se na fundação de um modo de pensar que, com o tempo, pode mudar a grosseira disposição natural em diferenciação moral relativa a princípios práticos determinados e, por fim, transmutar ainda, deste modo, num todo *moral* uma consonância para formar sociedade, patologicamente provocada. Sem as propriedades, em si decerto não dignas de apreço, da insociabilidade, de que promana a resistência com que cada qual deve deparar nas suas pretensões egoístas, todos os talentos ficariam para sempre ocultos no seu germe, numa arcádica vida de pastores, em perfeita harmonia, satisfação e amor recíproco: e os homens, tão bons como as ovelhas que eles apascentam, dificilmente proporcionariam a esta sua existência um valor maior do que o que tem este animal doméstico; não cumulariam o vazio da criação em vista do seu fim, como seres de natureza racional. Graças, pois, à Natureza pela incompatibilidade, pela vaidade invejosamente emuladora, pela ânsia insaciável de posses ou também do mandar! Sem elas, todas as excelentes disposições naturais da humanidade dormitariam eternamente, sem desabrochar. O homem quer concórdia; mas a natureza sabe melhor o que é bom para a sua espécie, e quer discórdia. Ele quer viver comodamente e na satisfação; a natureza, porém, quer que ele saia da indolência e





da satisfação ociosa, que mergulhe no trabalho e nas contrariedades para, em contrapartida, encontrar também os meios de se livrar com sagacidade daquela situação. Os motivos naturais, as fontes da insociabilidade e da resistência geral, de que brotam tantos males, mas que repetidamente impelem também, todavia, a novas tensões das forças, portanto a novos desenvolvimentos das disposições naturais, revelam de igual modo o ordenamento de um sábio Criador; e não, por exemplo, a mão de um espírito mau que, por inveja, tenha estragado ou danificado a sua obra magnificente.

Quinta Proposição

O maior problema do género humano, a cuja solução a Natureza o força, é a consecução de uma sociedade civil que administre o direito em geral.

Como só na sociedade e, claro está, naquela que tem a máxima liberdade, por conseguinte, o antagonismo universal dos seus membros e possui, no entanto, a mais exacta determinação e segurança dos limites de tal liberdade para que possa existir com a liberdade dos outros - como só nela se pode obter a mais elevada intenção da Natureza, posta na humanidade, a saber, o desenvolvimento de todas as suas disposições, a Natureza quer também que ela própria realize este seu fim, bem como todos os fins do seu destino: por isso, uma sociedade em que a *liberdade sob leis exteriores* se encontra unida no maior grau possível com o poder irresistível, isto é, uma *constituição civil* perfeitamente *justa*, que deve constituir para o género humano a mais elevada tarefa da Natureza; porque só mediante a solução e o cumprimento de semelhante tarefa pode a Natureza levar a cabo os seus restantes intentos relativos à nossa espécie. A necessidade é que constrange o homem, tão afeiçoado, aliás, à liberdade irrestrita, a entrar neste estado de coacção; e, claro está, a maior de todas as necessidades, aquela que reciprocamente se infligem os homens, cujas inclinações fazem que eles





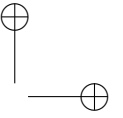
não mais possam viver uns ao lado dos outros em liberdade selvagem. Só dentro da cerca que é a constituição civil é que essas mesmas inclinações produzem o melhor resultado - tal como as árvores num bosque, justamente por cada qual procurar tirar à outra o ar e o sol, se forçam a buscá-los por cima de si mesmas e assim conseguem um belo porte, ao passo que as que se encontram em liberdade e entre si isoladas estendem caprichosamente os seus ramos e crescem deformadas, tortas e retorcidas. Toda a cultura e toda a arte, que ornamentam a humanidade, e a mais bela ordem social são frutos da insociabilidade que, por si mesma, é forçada a disciplinar-se e, deste modo, a desenvolver por completo, mediante uma arte forçada, os germes da Natureza.

Sexta Proposição

Este problema é, ao mesmo tempo, o mais difícil e o que mais tardiamente é resolvido pelo género humano.

A dificuldade, que já a simples ideia desta tarefa põe diante dos olhos, é a seguinte: o homem é um *animal* que, quando vive entre os seus congéneres, *precisa de um senhor*. De facto, abusa da sua liberdade em relação aos outros semelhantes; e embora, como criatura racional, deseje uma lei que ponha limites à liberdade de todos, a sua animal tendência egoísta desencaminha-o, contudo, onde ele tem de renunciar a si mesmo. Necessita, pois, de um senhor que lhe quebrante a vontade própria e o force a obedecer a uma vontade universalmente válida, e possa todavia ser livre. Mas onde irá ele buscar este senhor? A nenhures, a não ser ao género humano. Mas tal senhor é também um animal, que carece de um senhor. Pode, pois, proceder como quiser; não é de prever, portanto, como é que um chefe da justiça pública venha a conseguir tomar-se justo; busque-se ele numa só pessoa singular ou numa sociedade de pessoas escolhidas para o efeito. Cada uma, pois, abusará sempre da sua liberdade, se não tiver acima de si alguém que sobre ela





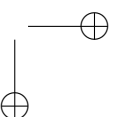
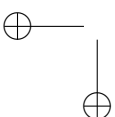
exerça poder em conformidade com as leis. O chefe supremo, porém, deve ser *justo por si mesmo* e, não obstante, ser *homem*. Por conseguinte, é a mais difícil de todas as tarefas; mais ainda, a sua solução perfeita é impossível: de um lenho tão retorcido, de que o homem é feito, nada de inteiramente direito se pode fazer. Apenas a aproximação a esta ideia nos é imposta pela Natureza¹ Que ela seja também a derradeira a estruturar-se em obra depreende-se do facto de que os conceitos correctos sobre a natureza de uma constituição possível exigem uma experiência muito grande exercitada pelo frequente curso do mundo e, acima de tudo, uma *vontade boa* disposta a aceitá-la; e estes três factores só com muita dificuldade se podem harmonizar e, se tal acontecer, só muito tarde, após muitas tentativas infrutíferas.

Sétima Proposição

O problema da instituição de uma constituição civil perfeita depende, por sua vez, do problema de uma relação externa legal entre os Estados e não pode resolver-se sem esta última.

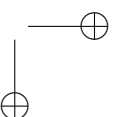
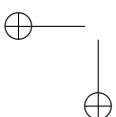
De que serve trabalhar por uma constituição civil legal entre os indivíduos, isto é, pelo estabelecimento de uma *comunidade*? A mesma insociabilidade, que obrigou os homens a estabelecer tal comunidade, é de novo a causa por que cada comunidade se encontra numa relação exterior, isto é, como Estado em relação a outros Estados, numa liberdade irrestrita e, por conseguinte, cada um deve esperar do outro os males que pressionaram e constrangeram os homens singulares a entrar num estado civil legal. Por conseguinte, a Natureza utilizou uma vez mais a incompatibilidade dos

¹ O papel dos homens é, pois, muito delicado. Não sabemos qual a constituição dos habitantes dos outros planetas e qual a sua índole; mas se cumpríssemos bem esta missão da Natureza, poderíamos gloriar-nos de ocupar, entre os nossos vizinhos do edifício cósmico, um posto não pequeno. Talvez entre eles cada indivíduo consiga atingir plenamente o seu destino durante a sua vida. Connosco, as coisas passam-se de modo diverso; apenas a espécie pode a tal aspirar.



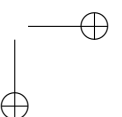
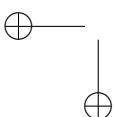


homens, e até das grandes sociedades e corpos estatais que formam estas criaturas, como meio para encontrar no seu inevitável *antagonismo* um estado de tranquilidade e de segurança; isto é, por meio das guerras, do armamento excessivo e jamais afrouxado em vista das mesmas, da necessidade que, por fim, cada Estado deve por isso sentir internamente até em tempo de paz, a Natureza compele-os, primeiro, a tentativas imperfeitas e, finalmente, após muitas devastações, naufrágios e até esgotamento interno geral das suas forças, ao intento que a razão lhes podia ter inspirado, mesmo sem tantas e tão tristes experiências, a saber: sair do estado sem leis dos selvagens e ingressar numa liga de povos, onde cada Estado, inclusive o mais pequeno, poderia aguardar a sua segurança e o seu direito, não do seu próprio poder ou da própria decisão jurídica, mas apenas dessa grande federação de nações (*Foedus Amphictyonum*), de uma potência unificada e da decisão segundo leis da vontade unida. Embora esta ideia pareça ser fantasiosa e tenha sido objecto de escárnio num *Abbé de St. Pierre* ou num *Rousseau* (talvez porque acreditaram na sua iminente realização), nem por isso deixa de ser a inevitável saída da necessidade em que os homens se reciprocamente colocam, que deve forçar os Estados à decisão (por muito duro que lhes seja consentir), à qual também o homem selvagem se viu de mau grado compelido, a saber: renunciar à sua liberdade brutal e buscar a tranquilidade e a segurança numa constituição legal. - Todas as guerras são, pois, outras tantas tentativas (não certamente na intenção dos homens, mas no propósito da Natureza) de suscitar novas relações entre os Estados e, mediante a destruição ou, pelo menos, o fraccionamento de todos, formar novos corpos que, por seu turno, também não se podem manter em si mesmos ou junto dos outros e, por isso, sofrerão novas revoluções análogas; até que, por fim, em parte pelo melhor ordenamento possível da constituição civil no plano interno, em parte por um acordo e legislação comuns no campo externo, se erija um estado que, semelhante a uma comunidade civil, se possa manter a si mesmo como um *autómato*.



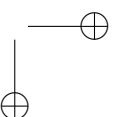
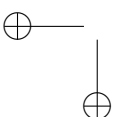


Ora, deverá esperar-se de uma convergência *epicurista* das causas eficientes que os Estados, à maneira dos pequenos átomos de matéria, mediante os choques acidentais, tentem todo o tipo de formações, as quais igualmente serão destruídas por meio de um novo choque, até que finalmente, e *por acaso*, se consiga uma formação tal que se possa manter na sua forma (um golpe de sorte, que só com muita dificuldade alguma vez se dá!); ou supor-se-á, pelo contrário, que a Natureza persegue aqui um curso regular - conduzir gradualmente a nossa espécie desde o estádio inferior da animalidade até ao nível máximo da humanidade - e, claro está, em virtude de uma arte, se bem que imposta, própria dos homens, e desdobra neste ordenamento aparentemente selvagem as disposições originárias de um modo inteiramente regular; ou supor, se se preferir, que de todas as acções e reacções dos homens no seu conjunto não provém nada que permaneça ou, pelo menos, nada que seja sagaz, que as coisas permanecerão como desde sempre têm sido e, por conseguinte, não se pode predizer se a dissensão, tão congénita à nossa espécie, não acabará por nos preparar, num estado assim tão civilizado, um inferno de males, porque talvez venha a destruir esse mesmo estado e todos os progressos realizados na cultura (destino que não se pode encarar sob o governo do acaso cego, com o qual se identifica de facto a liberdade sem lei, a não ser que se lhe ponha por baixo um fio condutor da Natureza, secretamente ligado à sabedoria!)? A questão posta reduz-se mais ou menos à seguinte: será razoável supor a *finalidade* da natureza nas suas partes e, no entanto, *não* a admitir no seu conjunto? Portanto, o que o estado selvagem sem finalidade fez, a saber, reprimir todas as disposições naturais da nossa espécie, mas que por fim, em virtude dos males que lhe trouxe, a forçou a sair de tal estado e a ingressar numa constituição civil, na qual se pudessem desenvolver todos aqueles germes, também o efectua a liberdade bárbara dos Estados já fundados, a saber: que, mediante o emprego de todas as forças da comunidade em armamentos contra os outros, por meio das devastações que a guerra prepara e, mais ainda, em virtude da





necessidade de para ela se manterem permanentemente preparados, se impede o pleno desabrochamento das disposições naturais no seu avanço; em contrapartida, porém, também os males daí provenientes constroem a nossa espécie a encontrar na resistência mútua dos diversos Estados, saudável em si e nascida da sua liberdade, uma lei de equilíbrio e um poder unificado que lhe dá força; por conseguinte, a introduzir um estado civil mundial de pública segurança estatal, que não é desprovido de *perigos*, a fim de as forças da humanidade não dormitarem, mas que também não existe sem um princípio da *igualdade* das suas recíprocas *acções e reacções*, a fim de não se destruírem entre si. Antes de ocorrer este último passo (a saber, a liga de Estados), portanto, quase só a meio da sua formação, a natureza humana padece os piores males sob a aparência enganosa do bem-estar exterior; e *Rousseau* não estava enganado ao preferir o estado dos selvagens, se se deixar de lado o último estádio que a nossa espécie ainda tem de percorrer. Estamos *cultivados* em alto grau pela arte e pela ciência. Somos *civilizados*, até ao excesso, em toda a classe de maneiras e na respeitabilidade sociais. Mas falta ainda muito para nos considerarmos já *moralizados*. De facto, a ideia da moralidade faz ainda parte da cultura; mas o uso de tal ideia, que se restringe apenas aos costumes no amor matrimonial e na decência externa, constitui simplesmente a civilização. Enquanto os Estados, porém, em-pregarem todas as suas forças nos seus vãos e violentos propósitos de expansão, impedindo assim sem cessar o lento esforço da formação interior do modo de pensar dos seus cidadãos, subtraindo-lhes também todo o apoio em semelhante intento, nada há a esperar nesta esfera; pois que se requer uma longa preparação interior de cada comunidade para a formação (*Bildung*) dos seus cidadãos. Mas todo o bem, que não está imbuído de uma disposição de ânimo (*Gesinnung*) moralmente boa, nada mais é do que pura aparência e coruscante penúria. Nesta situação permanecerá, sem dúvida, o género humano até sair, do modo como referi, do estado caótico das suas relações estatais.

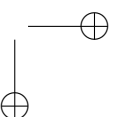
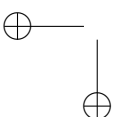




Oitava Proposição

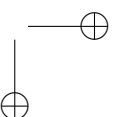
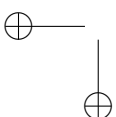
Pode encarar-se a história humana no seu conjunto como a execução de um plano oculto da Natureza, a fim de levar a cabo uma constituição estatal interiormente perfeita e, com este fim, também perfeita no exterior, como o único estado em que aquela pode desenvolver integralmente todas as suas disposições na humanidade.

Esta proposição é uma consequência da anterior. Vê-se que a filosofia também pode ter o seu quiliasmo; mas será um *quiliasmo* tal que, para a sua emergência, a sua ideia pode, embora apenas de longe, ser igualmente estimulante, portanto, nada fantasiosa. O que apenas importa é se a experiência nos descortina algo de semelhante curso do propósito da Natureza. Digo: *muito pouco*; com efeito, esta trajectória circular parece exigir um tempo tão longo antes de se fechar que, desde a pequena parte que a humanidade percorreu com este fito, só com igual incerteza se pode determinar a forma do seu curso e a relação das partes com o todo, como se de todas as observações celestes até agora feitas procurássemos traçar o curso que o Sol segue com todo o exército dos seus satélites, no grande sistema das estrelas fixas; embora, a partir do fundamento geral da constituição sistemática da estrutura do universo e também do pouco que se observou, possamos concluir com suficiente segurança a realidade de uma tal órbita. Contudo, a natureza humana implica não ser indiferente em relação à época mais remota que dirá respeito à nossa espécie, se ela se pode esperar com segurança. No nosso caso, isso pode acontecer com muito menos probabilidade, pois parece que, mediante a nossa própria organização racional, nos seria possível apressar esse momento tão ditoso para a nossa posteridade. Por isso, são muito importantes até mesmo os débeis indícios da sua aproximação. Os Estados encontram-se já agora entre si numa relação tão artificial que nenhum pode reduzir a sua cultura interna sem perder poder e influência a favor dos outros; portanto, os intentos de glória dos Estados asseguram consideravelmente, se não o progresso, pelo menos a manutenção





desse fim da Natureza. Além disso, a liberdade civil também não pode agora ser muito afectada, sem que se sinta assim a sua desvantagem em todos os ofícios, sobretudo no comércio e, deste modo, igualmente a diminuição das forças do Estado nas relações externas. Mas tal liberdade vai aumentando de modo gradual. Quando ao cidadão se impede a busca do bem-estar na forma que bem lhe parecer, mas compatível com a liberdade dos outros, restringe-se a vivacidade do tráfico geral e deste modo, mais uma vez, as forças do todo. Por conseguinte, remove-se sempre mais a restrição pessoal na sua acção e omissão, concede-se a universal liberdade de religião; e surge assim gradualmente, com devaneios e delírios subreptícios, a *Ilustração*, como um grande bem que o género humano deve preferir ao propósito egoísta de expansão dos seus governantes, se chegar simplesmente a compreender o seu próprio benefício. Mas esta ilustração, e com ela também uma certa participação cordial no bem que o homem ilustrado, que o compreende perfeitamente, não pode evitar, deve subir a pouco e pouco aos tronos e influenciar, inclusive, os seus princípios de governo. Por exemplo, embora os governantes do mundo não disponham de dinheiro algum para estabelecimentos públicos de ensino e, em geral, para tudo o que visa a melhoria do mundo, pois já antes se contabilizou na sua totalidade para a futura guerra, encontrarão contudo a sua própria vantagem se, pelo menos, não impedir os esforços, decerto débeis e lentos, que os seus povos fazem neste campo. Por fim, a própria guerra se tomará, a pouco e pouco, não só um empreendimento artificioso, incerto quanto ao desenlace para ambos os lados, mas também em virtude das consequências dolorosas que o Estado sente na sempre crescente dívida (uma nova invenção), cuja amortização é imprevisível; ademais, a influência que cada perturbação de um Estado tem sobre todos os outros, no nosso mundo tão concatenado pelos negócios, é tão manifesta que eles, pressionados pelo seu próprio perigo, se oferecem, embora sem competência legal, para árbitros, preparando-se assim de longe para um futuro grande corpo político, de que o mundo precedente não pode





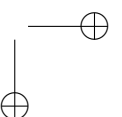
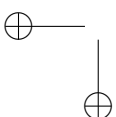
ostentar exemplo algum. Embora este corpo político se encontre agora só ainda num projecto grosseiro, começa já, por assim dizer, a suscitar um sentimento em todos os membros, interessados na manutenção do todo; isso alenta a esperança de que, após muitas revoluções transformadoras, virá por fim a realizar-se o que a Natureza apresenta como propósito supremo: um estado de *cidadania mundial* como o seio em que se desenvolverão todas as disposições originárias do género humano.

Nona Proposição

Um ensaio filosófico que procure elaborar toda a história mundial segundo um plano da Natureza, em vista da perfeita associação civil no género humano, deve considerar-se não só como possível, mas também como fomentando esse propósito da Natureza.

É decerto um anúncio estranho e, quanto à aparência, incongruente querer conceber a *história* segundo uma ideia de como deveria ser o curso do mundo, se houvesse de se ajustar a certos fins racionais; parece que, num tal intento, apenas poderia vir à luz uma *novela*. Mas se a Natureza, por suposição, mesmo no jogo da liberdade humana, não procede sem plano e meta final, semelhante ideia poderia ser muito útil; e embora sejamos míopes para divisarmos o mecanismo secreto do seu dispositivo, essa ideia poderia, contudo, servir-nos de fio condutor para representar como *sistema* pelo menos em conjunto, um acervo, aliás sem plano, das acções humanas. Com efeito, se partirmos da história *grega* - como aquela pela qual se nos conservou ou, pelo menos, se deve autenticar toda a outra história mais antiga ou coetânea²; se seguirmos a sua in-

² Só um *público ilustrado*, que perdurou sem interrupção desde o começo até nós, pode autenticar a história antiga. Para lá dele, tudo é *terra incognita*; e a história dos povos, que viveram fora do seu âmbito, pode começar só a partir do momento exacto em que entram nesse círculo. Isto aconteceu com o povo *judaico* no tempo dos Ptolomeus, mediante a tradução grega da Bíblia, sem a





fluência na formação e na desintegração do corpo político do povo *romano*, que absorveu o Estado grego, e a influência daquele sobre os *bárbaros* que, por seu turno, destruíram o Estado romano, e assim sucessivamente até aos nossos dias; se, além disso, acrescentarmos *episodicamente* a história política dos outros povos, cujo conhecimento chegou gradualmente até nós por intermédio dessas nações ilustradas: descobrir-se-á um curso regular da melhoria da constituição estatal na nossa parte do mundo (que, provavelmente, algum dia dará leis a todas as outras). Se, ademais, se prestar atenção apenas à constituição civil e às suas leis, às relações estatais, na medida em que pelo bem que continham serviram, durante algum tempo, para elevar e dignificar os povos (e com eles também as artes e as ciências), e na medida em que pelas deficiências, que lhes eram inerentes, de novo os rebaixaram, mas de maneira a ter restado sempre um germe de ilustração, o qual, avivado por cada revolução, preparava um ulterior estádio mais elevado de melhoramento: descobrir-se-á, creio eu, um fio condutor, que não só pode servir para a explicação do jogo tão emaranhado das coisas humanas, ou para a arte política de predição de futuras mudanças políticas (utilidade que já se tirou da história dos homens, apesar de ela se ter considerado como resultado desconexo de uma liberdade sem regras!), mas também (o que não se pode esperar com fundamento, sem pressupor um plano da Natureza) se pode abrir uma vista consoladora do futuro, na qual o género humano se representa ao longe como atingindo, por fim, o estado em que todos os germes, que a Natureza nele pôs, se podem desenvolver plenamente e o seu destino cumprir-se aqui na Terra. Semelhante *justificação* da Natureza - ou melhor, da *Providência* - não é nenhum motivo irrelevante para escolher um determinado ponto de vista da consideração do mundo. Pois, de que serve exaltar a magnificência e

qual se teria atribuído pouco crédito às suas notícias *dispersas*. Desde então (se tal começo se identificou de forma conveniente), podem seguir-se daí em diante os seus relatos. A primeira página de *Tucídides* (diz Hume) é o único começo de toda a verdadeira história.





a sabedoria da criação no reino natural irracional e recomendar o seu estudo, se a parte que contém o fim de todo o grande teatro da Sabedoria suprema - a história do género humano - continua a ser uma objecção incessante, cuja visão nos força a desviar os olhos com desagrado e, porque desesperamos de alguma vez nela encontrar uma integral intenção racional, nos induz a esperá-la apenas num outro mundo?

Seria uma falsa interpretação do meu propósito crer que, com a ideia de uma história universal, que tem em certo sentido um fio condutor *a priori*, pretendi rejeitar a elaboração de uma história concebida de um modo simplesmente *empírico*; constitui apenas um pensamento acerca do que uma cabeça filosófica (que, de resto, deve estar muito informada no plano histórico) poderia investigar ainda a partir de um outro ponto de vista. Além disso, a riqueza de pormenores, aliás famosa, com que agora se elabora a história da sua época, levará cada qual decerto a considerar com precaução como conseguirá a nossa ulterior descendência carregar com o peso da história que lhe vamos deixando, ao longo dos séculos. Apreciará, sem dúvida, as épocas mais antigas, cujos documentos já há muito terão desaparecido, somente a partir do ponto de vista do que lhe interessa, a saber, o que os povos e os governos fizeram, ou não, com um propósito cosmopolita. Mas tomar isto em consideração, juntamente com a ânsia de glória dos chefes de Estado e dos seus servidores, para os encaminhar em direcção ao único meio que lhes pode assegurar a recordação gloriosa no tempo futuro, pode proporcionar-nos ainda um *pequeno* motivo para intentar semelhante história filosófica.

